MOTTA, Marly Silva da. "**Ante-sala do paraíso", "vale de luzes", "bazar de maravilhas" - a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro - 1922)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. 22f.

"Ante-sala do Paraíso", "Vale de Luzes", "Bazar de Maravilhas" - a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro -1922)[1]

Marly Silva da Motta
CPDOC/FGV

> Nós brasileiros somos um povo que alternativamente passamos do palco para a platéia (...) Vivemos a representar, com um talento perfeito, todos os papéis imagináveis, somos mesmo capazes de todos os papéis (...) O papel do centenário é apenas um resumo da grande tragicomédia nacional.[2]

Quando se fala em 1922, ano mítico da história brasileira, imediatamente se pensa na Semana de Arte Moderna, na fundação do Partido Comunista Brasileiro e na Revolta Tenentista do Forte de Copacabana. A comemoração do Centenário da Independência quase nunca é mencionada, a não ser em citações passageiras em enciclopédias e livros didáticos. Omissão séria, mas justificada pela suspeição que essas comemorações coletivas, por sua aparência artificial, despertavam na comunidade de historiadores. Preconceito este superado pelo trabalho de Mona Ozouf sobre as festas da Revolução Francesa,[3] onde é destacada a mobilização social que essas celebrações provocaram, tendo em vista a massa de relatórios, discursos, projetos e propostas que lhes foram dedicados.

Uma vasta documentação, praticamente inexplorada, especialmente representada por jornais, revistas, livros, congressos e palestras, indica igualmente que o Centenário de 1922 mobilizou a população em geral, e a intelectualidade em particular, do Rio de Janeiro e São Paulo, principais centros urbanos do país. Nesse sentido, tal celebração não pode ser reduzida à simples comemoração de uma data memorável, uma vez que se constituiu num

[1] Trabalho apresentado no Seminário "Cenários de 1922", promovido pelo CPDOC, Rio de Janeiro, 19-20 nov. 1922 e no Seminário "Lições das coisas" - o Universo das Exposições do século XIX ao XX, Petrópolis, 6-8 maio de 1993.
[2] O teatro do Centenário, *Careta*, *XV* (729), 10/06/1922.
[3] Ver Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire:1789-1799*. Paris, Gallimard, 1976.

momento-chave de reflexão e debate sobre a identidade nacional. Ao forçar a busca das origens e a avaliação do papel das figuras históricas, ao julgar o passado colonial e imperial, bem como as realizações republicanas, a comemoração de 1922 suscitou debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira, recolocando de forma especialmente urgente os dilemas da "salvação" nacional.[4]

Falar de nação significa mexer em camadas profundas da mentalidade dos povos, que têm nessa criação moderna um símbolo fundamental de identificação coletiva. Concebida pelo nacionalismo e relacionada ao Estado territorial moderno, não vemos a nação como uma entidade abstrata, independente da ação humana. A naturalização das nações inscreve-se na montagem de uma comunidade modernamente inventada que, na verdade, concretiza-se em símbolos, práticas, comportamentos e valores firmemente ancorados na vida social. estamo-nos referindo aqui à construção de um universo nacional capaz de organizar o espaço público num processo de constituição de identidade, que implica tanto na acentuação dos traços de semelhança e homogeneidade, como numa diferenciação em relação ao outro.[5]

Condição indispensável da cultura humana, fundamental no reforço da coesão social ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória coletiva reforça as fronteiras sócio-culturais, tornando-se um ingrediente básico da identidade nacional. A constituição de uma memória comum no delicado processo de construção das nações tem sido estudada por uma corrente historiográfica, que destaca o esforço dos movimentos nacionalistas do século XIX em não só construir uma continuidade histórica – as "origens" da nação -, bem como criar novos símbolos de identidade e lealdade para os agora "cidadãos nacionais".[6] Deve-se a Pierre Nora o mais minucioso e abrangente desvendamento

---

[4] Ver Marly Silva da Motta, *A nação faz cem anos: o centenário da independência e a questão nacional no início dos anos 20*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1992.

[5] Sobre a nação e nacionalismo, ver, entre outros, Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, Rio de Janeiro, Ática, 1979; José Ramón Recalde, *La construción de las naciones*, Medri, Siglo XXI, 1982; Eric J. Hobsbawn, *A era do capital: 1848-1875*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; *Nações e nacionalismo desfe 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. Da historiografia brasileira sobre o tema, destacaria: Lucia Lippi Oliveira, *A questão nacional na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1990; Thomas E. Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967; Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1986. Gostaria ainda de citar as revistas *Estudos Históricos*, nº 2 (1988) e *Tempo Brasileiro*, nº 87 (1986), especialmente dedicadas à discussão da identidade nacional no Brasil.

[6] Ver, entre outros, Eric J. Hobsbawam e Terence Ranger (org.), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Edgard Leite Ferreira Neto, A elaboração positivista da memória republicana, *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, (87):79-103, out./dez. 1986; Manoel Luiz S. Guimarães, Nação e Civilização

da complexidade dessas relações entre memória e nação. Para o historiador francês, a aceleração do tempo nas sociedades industriais teria criado a necessidade de serem demarcados os lugares onde a memória nacional efetivamente se fixou – os "*lieux de mémoire*" –, como datas e festas nacionais, hinos e bandeiras, monumentos e arquivos. "Datas magnas", – como o 4 de julho, nos Estados Unidos, o 14 de julho, na França, o 7 de setembro, no Brasil – seriam, pois, lugares de sacralização da nação e de identificação do nacional.[7]

"O centenário está chegando!"

> Por mais que tapem os ouvidos (...) hão de ouvir o nosso zabumba (...) Acordem, homens. O centenário está chegando![8]

Depois de um difícil processo de consolidação como "lugar de memória" da nação republicana,[9] foi na condição de "data magna" da nacionalidade brasileira que o 7 de setembro se preparou para comemorar o seu centenário. A antecedência com que essa celebração foi pensada permite perceber a mobilização de uma importante parcela da sociedade dotada de meios poderosos de difusão de suas idéias – jornalistas, ensaístas, literatos e intelectuais de várias correntes de pensamento, em numerosos artigos para jornais e revistas, deixaram claro que enfim era chegado o momento de "criar uma nação", de construir um Brasil moderno.[10]

Um exemplo relevante dessa "vigilância comemorativa" foi dado pela *Revista do Brasil*, fundada em janeiro de 1916. Expressando a vontade de se constituir num núcleo de propaganda nacionalista, a revista, já no seu primeiro número, clamava por "estudos do passado" e, com razoável antecedência de seis anos, pregava a necessidade de se comemorar

---

nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1 (1):5-27, 1988.

[7] Ver Pierre Nora (dir.), *Les lieux de mémoire*, vol. I, La République, Paris, Gallimard, 1984.

[8] Os árbitros de cartola e os de pé, *Careta*, XV (737), 5/8/1922.

[9] Ver Edgar Leite Ferreira Neto, *O improviso da civilização: a Nação Republicana e a construção da ordem social no final do século XIX*, Niterói, UFF, 1989 (diss. mestrado – mimeo).

[10] Ver Octavio Ianni, A idéia de um Brasil Moderno, *Resgate*, Campinas, (1): 19-38, 1990; Lucia Lippi Oliveira, Modernidade e questão nacional, *Lua Nova: revista de cultura e política*, (20): 41-68, maio 1990.

festivamente o centenário da indepndência, esse "primeiro marco glorioso da existência nacional".[11]

A preocupação em celebrar o centenário invadiu igualmente outros órgãos da imprensa menos comprometidos com a fé nacionalista. A revista mensal de variedades *Eu sei tudo*, em artigo intitulado "Noventa e cinco anos de independência", observava que,

> (...) com a aproximação do Centenário da nossa Independência parece que se afervora o culto cívico, o ardor patriótico pelo 7 de setembro, ganhando de intensidade ano para ano. Aparecem projetos no Congresso, agitam-se institutos sábios, artistas e literatos se aparelham (...) para a grande data.[12]

"O momento é oportuno", repetidamente se afirmava. Oportuno, para despertar o desejo do estudo "dos tesouros de nossa nacionalidade; não é pois de estranhar que muitos espíritos andem agora embebidos do gosto de investigações do *folk-lore* brasileiro (...) indagando as origens aqui e ali".[13] Oportuno, para marcar rompimentos, pois "os grandes momentos da vida sugerem grandes idéias; o gigante vai fazer cem anos de vida independente. É possível de tomar um bom lombrigueiro.[14] Oportuno, enfim, para nos tornarmos um povo "civilizado": "depois dos três dias de Carnaval, como este é o ano do Centenário, devemos fechar o rosto (...) saber envergar uma casaca, fumar charuto sem se engasgar (...) e rir de boca fechada para não cuspir na cara do vizinho.[15] O tom das recomendações, freqüentemente resvalando para o deboche e o sarcasmo, não obstante revelava o grau de expectativa detonado pelo "faustoso" acontecimento.

O início da década de 1920 foi fértil em balanços e avaliações dos cem anos da nação independente. O grande anseio, diria mesmo a obstinação, que animava a intelectualidade naquele momento era conhecer o país, na mesma medida em que crescia a percepção de que se o Brasil tinha território, não se constituíra ainda como nação.[16] Como afirmava Pontes de Miranda, jurista de renome e atuante intelectual dessa geração,

---

[11] Adolpho Pinto, O Centenário da Independência, *Revista do Brasil*, I, jan. 1916.
[12] Noventa e cinco de independência, *Eu sei tudo*, I (4), set. 1917.
[13] O nosso folk-lore, *A Exposição de 1922*, (2), ago. 1922.
[14] Para crianças adultas, *Careta*, XV (716), 11/3/1992.
[15] O centenário do Brasil, *Careta*, XV (715), 3/3/1992. (grifo nosso)
[16] Em 1915, na conferência "A unidade da pátria", Afonso Arinos de Melo Franco clamava pela urgência de se "criar a nação". Ver Thomas Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, p. 173. Semelhante preocupação marca o editorial do primeiro número da *Revista do Brasil*. "(...) Ainda não somos uma nação que se conheça, que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente..."

> que momento poderia ser mais adequado do que este em que festejamos o centenário da nossa independência política? Precisamos demarcar as fronteiras do espírito nacional como já se fixaram as do território.[17]

Tal preocupação, já marcante na "geração de 1870", que produziria um pensamento novo sobre o país através da articulação da ciência emergente com a tradição literária, exacerbou-se frente à proximidade da comemoração dos cem anos do 7 de setembro. Este evento obrigava a sociedade brasileira, através de seus intelectuais, políticos e líderes, a se pensar novamente – afinal, que país era esse? Foram formuladas novas interpretações e renovadas as anteriores. Umas e outras voltadas para o entendimento do presente, porém obrigadas a voltar ao passado, buscando as continuidades e as rupturas, e a projetar o futuro, criando o país à altura do século XX.

Sede do governo central, o Rio de Janeiro seria o ponto de convergência dos olhares daqueles que iriam avaliar o progresso da nação centenária. Tal como no centenário da Revolução Francesa, quando a unidade da França foi relacionada à preeminência parisiense numa clara manifestação da superioridade da cidade-luz,[18] em 1922, o Rio de Janeiro deveria ser "o centro gerador de progresso e de civilização, sobretudo num país como o Brasil, onde toda a irradiação social parte da sede do governo".[19] A preparação da "cidade maravilhosa" para as festas do Centenário revestiu-se, assim, de um significado todo especial: era preciso que o Rio de Janeiro se tornasse a apoteose da modernidade brasileira.

Os apelos à comemoração tornaram-se freqüentes na imprensa carioca, principalmente a partir de 1920. Iniciativas são cobradas e atividades sugeridas, eventos considerados indispensáveis e empreendimentos inadiáveis, tudo (ou quase tudo) tendo por cenário a capital da República. A realização de uma "exposição universal" no Rio de Janeiro destacou-se como a mais ambiciosa das atividades comemorativas então programadas, ideal para "dar testemunho do nosso grau de adiantamento e civilização nesses cem anos de vida política autônoma."[20]

Ante-sala do paraíso

[17] Francisco Pontes de Miranda, Os fundamentos do espírito brasileiro (o pensamento nacional), *A Exposição de 1922*, (1), jul. 1922.
[18] Ver Pascal Ory, Le centenaire de la Révolution Française, em Pierre Nora (org.), op.cit.
[19] O Rio de Janeiro e as grandes fases do seu desenvolvimento, *A Exposição de 1922*, (1), jul. 1922.
[20] As festas do Centenário, *Jornal do Brasil*, 16/7/1920.

> É impossível negar que a Exposição é a visão maravilhosa da nossa grandeza e dos nossos progressos (...) Algumas revistas estrangeiras afirmam que a área da Exposição é a ante-sala do paraíso.[21]

Da exposição de 1851 em Londres, cujo símbolo foi o Palácio de Cristal, até a de 1992 em Sevilha, em homenagem ao V Centenário do descobrimento da América, podem ser identificadas pelo menos três etapas nesse quase século e meio de exposições universais: as do século XIX, representadas pelas de Londres (1851 e 1862), de Paris (1855, 1867 e 1889) e de Viena (1873); as do século XX, a partir das exposições de Chicago (1893) e de Paris (1900), e, finalmente, as contemporâneas, que a partir da regulamentação oficial, em 1928, tornaram-se mais temáticas (automóvel, avião, informática), transformando-se num produto em si mesmas. A Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro pode ser considerada a última exposição da segunda etapa, já que a de 1929, em Barcelona, foi temática (eletricidade), sendo a primeira no formato contemporâneo.[22]

Apesar das diferenças, alguns aspectos de permanência atravessam essas "vitrines do progresso": as motivações comerciais; o afluxo de divisas e turistas; o impacto sobre a infraestrutura urbana; o credo pedagógico, através da difusão de valores e de padrões de conduta; a imposição de um certo princípio classificatório a partir da máxima "classificar é conhecer". E, por fim, e mais importante, o prestígio nacional: até hoje, os pavilhões nacionais constituem a ossatura das exposições; a nação é ainda o principal ponto de destaque.

A participação brasileira nessas "vitrines do progresso" se iniciou de maneira muito discreta na Exposição Internacional de Londres (1862). Antes disso, em 1861, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) havia organizado uma Exposição Nacional no prédio da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro. De maior porte foi a Exposição Nacional de 1908, em celebração ao I Centenário da Abertura dos Portos brasileiros ao comércio internacional. Tendo como objetivo a preparação da participação brasileira na Exposição Internacional de Bruxelas (1910), o evento de 1908 visava igualmente apresentar a nova capital saneada e urbanizada a partir das grandes reformas do prefeito Pereira Passos.

---

[21] Civitas luminis, *A Exposição de 1922*, (16), 1923.

[22] Ver Brigitte Schroeder-Gudeus e Anne Ramussen, *Les fastiges du progrés*: la guide des Expositions Universelles. Paris, Flamarion, 1992.

Em junho de 1920, foi enviada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, por Ralph de Cobham, representante de um grupo de "capitalistas estrangeiros" no Brasil, a sugestão da realização de uma "exposição internacional de comércio e indústria" para a comemoração do Centenário da Independência.[23] Coube a Paulo de Frontin, um mês depois, propor ao Congresso Nacional a emissão de cem mil contos, para que se "faça no Rio de Janeiro uma exposição de produtos nacionais da agricultura e das indústrias". Afinal, lembrava o deputado, "o Brasil, nessa parte do continente, era o maior país, pelo seu território e população. Não era possível que se descuidasse dessa predominância (...)".[24]

Em meio a um clima de intenso debate no Congresso Nacional e na imprensa acerca dos recursos a serem investidos em tão "grandiosa empreitada", foi determinada, pelo Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, "a realização de uma Exposição Nacional na Capital da República" dentro do programa de comemorações do Centenário da Independência. A regulamentação oficial das atividades comemorativas só veio a se dar quase um ano depois, pelo Decreto nº 15.066, de 24 de outubro de 1921, que previa, além da Exposição, a inauguração do Panteão dos Andradas, em Santos, bem como do novo Palácio do Conselho Municipal e do edifício completo da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, além da realização de numerosos e conferências, e da publicação de dicionários, mapas e livros comemorativos.

Coube ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, então chefiado pelo engenheiro João Pires do Rio, a organização da exposição, que deveria "compreender as principais modalidades do trabalho no Brasil, atinentes à lavoura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativa e fabril, ao transporte marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais ao comércio, às ciências e às belas artes."[25] Era prevista ainda a concessão de uma área contígua à Exposição Nacional para que governos ou industriais estrangeiros pudessem construir, por conta própria, pavilhões destinados à exibição de produtos originários de outros países. A Exposição deveria se prolongar de 7 de setembro de 1922 até 31 de março de 1923, podendo, no entanto, ter sua duração prorrogada, como efetivamente aconteceu, até 24 de julho.

---

[23] Os projetos do Centenário, *Correio da Manhã*, 5/6/1920.
[24] *Correio da Manhã*, 16/7/1920.
[25] Programa para a comemoração do 1º Centenário da Independência Política do Brasil, *A Exposição de 1922*, 1, jul. 1922.

Para cumprir o objetivo de "ser a expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922", a Exposição Nacional se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes. A seleção dos expositores seria feita por comissões julgadoras encarregadas de dar parecer sobre a escolha conveniente dos produtos expostos, bem como de avaliar a qualidade e a quantidade daqueles que deveriam ser admitidos na Exposição. Estavam ainda previstas atividades paralelas, como a exibição de filmes sobre assuntos que se relacionassem com a produção nacional e as riquezas naturais do país, e a realização de conferências sobre temas econômicos.

Como não podia deixar de ser, as obras de preparação da área da Exposição, bem como a construção dos pavilhões e palácios nacionais e estrangeiros, mobilizaram a população carioca e tomaram conta das páginas de jornais e revistas no correr de 1922. A demolição do "velho" morro do Castelo, tradicional berço da cidade, para dar lugar aos prédios da Exposição, provocou aceso debate entre os que consideravam o arrasamento um "imperativo da modernidade", e aqueles que viam o desaparecimento da "colina sagrada" como um verdadeiro "sacrilégio". Os gastos excessivos com um empreendimento tão custoso, especialmente numa época de "vacas magras",[26] bem como a demora na construção dos "palácios", muitos só concluídos após a inauguração da Exposição, provocaram, de parte a parte, ataques contundentes e defesas inflamadas. Como resumiu a satírica *Careta*, "o fato é que, uns contra, outros a favor, todo o mundo discute [a Exposição], e nem as disputas políticas, nem as zumbaias de Momo, têm conseguido apaziguar o ânimo dos contendores".[27] De qualquer modo, é importante lembrar que a edificação de um espaço especialmente criado para a Exposição revelava a capacidade do anfitrião realizar empreendimentos excepcionais.

[26] Ver Winston Fritsch, Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930, em Marcelo Paiva Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889/1930*, Rio de Janeiro, Campus, 1989.
[27] Pelo Brasil, *Careta*, XV (708), 14/1/1922.

De modo semelhante, para a Exposição de Saint Louis (EUA), em 1904, lagos foram aterrados e rios desviados.

Festivamente inaugurada na "data magna", a Exposição compôs-se de uma seção nacional, localizada na Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado, estendendo-se em parte da área conquistada ao mar com o desmonte do Castelo. Neste local, concentravam-se oito pavilhões: do Comércio, Higiene e Festas; das Pequenas Indústrias; da Viação e Agricultura; da Caça e Pesca; da Administração; de Estatística; além dos palácios das Indústrias e dos Estados.

Na Avenida das Nações, que se estendia do antigo Arsenal até o Palácio Monroe (onde funcionava o *bureau* de informações), alinharam-se os palácios de honra das representações estrangeiras. Treze países aí se fizeram representar: da América Latina, Argentina e México; da Europa, Inglaterra, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica e Noruega; da Ásia, o Japão; e os Estados Unidos. Apenas quatro desses prédios resistiram ao tempo e à especulação imobiliária: o pavilhão da Administração (Museu da Imagem e do Som); o palácio da França (Academia Brasileira de Letras); o palácio das Indústrias (Museu Histórico Nacional); e o pavilhão de Estatística (órgão do Ministério da Saúde).

A descrição da inauguração da Exposição, em tom emocionado, é um pouco longa, mas vale a pena ser citada:

> Penetrar o recinto da grande feira universal no dia em que a franqueamos ao público era recapitular a história da civilização no Brasil! Aberta sobre a Avenida Central, em frente ao Monroe, a porta monumental, concluída durante a noite, espiava ainda a cidade e o mar com a surpresa dos gigantes recém-nascidos.
> (...) A meia noite de 6 para 7 de setembro foi o deslumbramento, a apoteose inicial das nossas festas comemorativas. A essa hora, a multidão apinhava-se, comprimia-se, ofegante, em todos os pontos do litoral da baía.
> (...) a cidade inteira freme, agita-se, palpita, na emoção surpreendente daquela hora. Automóveis buzinam. Máquinas apitam. Foguetes ferem o ar. Nos cinemas, nos teatros, nas casas particulares, estruge o hino nacional. A multidão levanta-se eletrizada. E parte de todas as bocas um brado de entusiasmo e de orgulho, pelo passado, pelo presente e pelo futuro do Brasil!
> (...) Aberto ao povo, o recinto da Exposição era ainda um campo em que se trabalhava (...) O que já estava concluído era um documento material do nosso gênio (...) Aqui é o palácio dos

> Estados, com a sua cúpula monumental, faiscante como uma jóia. Adiante, é o das Festas, vasto, suntuoso como um templo pagão. Ali, é o das Grandes Indústrias, cuja torre aponta o céu, num gesto de súplica ou de ameaça. Debruçado nos ares, suas linhas, o pavilhão da Estatística, somboliza a ciência da certeza. (...) Franqueado o recinto, precipitaram-se mais de 200 mil visitantes. As avenidas internas, inundadas de luz, haviam-se transformado em rios humanos, por onde a multidão tumultuava.[28]

Embora reconhecendo que o tema da Exposição de 1922 é bastante amplo e abre possibilidade e diferentes abordagens,[29] ressaltamos que nosso interesse aqui é perceber como a mostra nacional da Exposição buscou firmar uma determinada imagem de modernidade para o país.

Vale de luzes

> Do que somos, do que poderemos ser, a Exposição é a síntese mais completa.[30]

Ser uma exposição do século XX, como a de 1922, implicava algumas diferenças marcantes em relação às do século anterior. A partir da cópia dos temas das seções da Exposição de 1900,[31] a do Centenário não se pautou pelo enciclopedismo do século XIX que buscava concentrar o universo num único espaço. Com seus oito pavilhões e 25 seções, a Exposição de 22 foi marcada pela especialização.

Se o foco das exposições do século XIX concentrava-se nos objetos expostos, com o intuito de colocá-los no mercado, – daí a importância dos prêmios conferidos pelo juri –, as do século XX empenharam-se mais em expor idéias do que objetos. Pode-se entender, pois, a ocorrência simultânea de congressos e conferências sobre temas variados – história, direito, engenharia, química, educação –, como a indicar que idéias, mais do que expostas, deveriam ser discutidas. No caso específico da Exposição de 1922, primeira a se realizar após a grande guerra, o grande desafio que para ela se colocava era o de traduzir a vontade de renovação que então invadira todos os domínios da atividade humana.

---

[28] Sete de Setembro, *A Exposição de 1922*, (5), set. 1922.
[29] Ver Margarida de Sousa Neves, *As vitrines do progresso*, Rio de Janeiro, PUC, 1986.
[30] *A Exposição de 1922*, 14-15, mar. 1923 (grifo nosso).

Ora, o balanço do país feito no raiar dos anos 20 apontava justamente a necessidade de um projeto de (re) construção nacional que garantisse a inserção do Brasil nessa nova realidade do pós-guerra. Esse momento foi assim marcado pela tentativa de colocar o país no ritmo da história, de torná-lo contemporâneo do seu tempo. A Exposição do Centenário não poderia ficar alheia a essa aspiração. Ao contrário, ela deveria cumprir a missão de expor o país à comunidade internacional nesse momento particularmente decisivo de rearticulação da economia e da política em escala mundial. Tratava-se, pois, de assegurar a "presunção legítima de documentar a nossa perfeita integração ao progresso geral das nações",[32] ou seja, era preciso que os visitantes estrangeiros nos encontrassem "com a máscara do século estampada no rosto".[33]

Desse modo, se, por um lado, a ênfase da mostra ainda recaiu sobre a "inexcedível riqueza com que a natureza nos presenteou (...), e que apareceu, esplêndida e suntuosa, nos mostruários dos palácios nacionais",[34] por outro lado, no entanto, o que deveria ser ressaltado, e efetivamente o foi, era a possibilidade de exploração desses recursos naturais. Valia mais o ferro do que o ouro; valia mais a energia elétrica do que as cataratas. Como destacava o editorialista da revista oficial da Exposição,

> o atestado maior da nossa capacidade de produção não está na Exposição (...). O que os mostruários estão exibindo é apenas o potencial das nossas riquezas (...). Afinal, a implantação definitiva da indústria de ferro entre nós é apenas questão de dias...[35]

A questão da exploração do minério de ferro e da instalação de usinas siderúrgicas no Brasil estava na ordem do dia. Isto se dava não apenas pela percepção do papel decisivo que tal indústria teve na Primeira Guerra, sustentando o esforço de guerra dos países vencedores, como também pela recente assinatura do contrato com a Itabira Iron (1920), autorizada a exportar minério e a construir a nova ferrovia Vitória a Minas, bem como um porto de minério e uma usina siderúrgica.

Se as reluzentes máquinas eram o orgulho maior dos expositores do século XIX, no século XX, quem dava as cartas era a ciência, expressa na confiabilidade dos dados

---

[31] Brigitte Schroeder-Gudeus e Anne Ramussen, op.cit.
[32] A. Pádua Resende, A Exposição Nacional de 1922, *A Exposição de 1922*, 1, jul. 1922.
[33] A utilidade da máscara, *Careta*, XV (742), 9/9/1922.
[34] O encerramento do grande certamen, *A Exposição de 1922*, (12-13), 1923.
[35] *A Exposição de 1922*, (14-15), mar. 1923.

estatísticos, nas maravilhas da química e nas luzes da eletricidade. Daí, em parte, o excessivo destaque dado à "feérica" iluminação que transformou o Rio de Janeiro em uma outra "cidade-luz":

> Aos que se afastam do centro urbano para o porto e, distanciando-se no mar, dominam com os olhos a cidade anoitecendo (...) é realmente incomparável o espetáculo (...) Do Mercado ao Monroe, do Pharoux à Lapa, toda a área da Exposição chameja e faísca, e parece emergir das águas empenubradas como a verdadeira "Cidade Anadyomenica" (...) Não é possível imaginar mais lindos efeitos de luz.[36]

Se o paradigma parisiense de refinamento tinha um peso relevante, o que pesava mais era o progresso científico que tal conquista evidenciava. E, embora esse moderníssimo serviço de iluminação – "não será visto um só poste de luz no recinto da Exposição"[37] – estivesse a cargo da empresa norte-americana General Eletric, eram sempre enfatizadas não só a "proficiência técnica da engenharia nacional", bem como a "capacidade produtiva da indústria nacional", as quais se estenderiam muito além do que os mostruários expunham.
Dessa maneira, ao mesmo tempo em que se reforçava a tese das "inesgotáveis" riquezas naturais do país, tradicional fonte de atração para os investimentos estrangeiros, buscava-se garantir a viabilidade da inserção do país no quadro da nova economia mundial do pós-guerra. Como destacava Herbert Moses, na Exposição "não se tem apenas um mostruário dos tesouros em que a nossa terra fecunda se desentranha, nem virá o estrangeiro (...) examinar sementes e minerais, sem olhar que o Brasil é um país de grandes recursos."[38]

Mais do que os produtos expostos nas vitrines e nos mostruários, os olhos dos *touristes* estrangeiros deveriam "ver" a potencialidade do nosso progresso, cuidadosamente expressa em tabelas e gráficos que apontavam uma "inequívoca" tendência de crescimento dos "setores modernos" da economia, baseados no ferro e na eletricidade.

E, finalmente, se as primeiras exposições glorificavam a capacidade individual – expressa principalmente no gênio do inventor –, e a iniciativa privada – corporificada nas múltiplas empresas que ostentavam seus produtos –, o século XX marcou a ascensão do social e a demanda por uma crescente participação do Estado nesse setor. Em seu texto sobre as exposições, Margarida Neves destaca a ênfase dada pela de 1922 à instrução e higiene

[36] Hermes Fontes, Bazar de maravilhas, *A Exposição de 1922*, (12-13), 1923.
[37] A luz das fontes ocultas, *A Exposição de 1922*, (2), ago. 1922.
[38] Herbert Moses, Na Avenida das Nações *A Exposição de 1922*, (1), jul. 1922.

públicas, comprovada não só pelo destaque ao tema do ensino – a 7 de setembro se deu a inauguração da Universidade do Rio de Janeiro – mas também pelos insólitos museus da Sífilis e da Tuberculose, montados pela Inspetoria da Saúde Pública.[39]

Bazar das Maravilhas

Mas não era apenas a imagem de um Brasil "promissor" que se queria construir, e nem somente o "público externo" que se visava a atingir. Como era bastante frisado pela revista da Comissão Organizadora, a Exposição do Centenário deveria ser uma "aula de civismo", preenchendo "objetivos patrióticos", afastando "o pessimismo mórbido dos maus brasileiros" e promovendo "a harmonia nos gestos e a paz no coração". É impossível desconhecer que a comemoração do Centenário da Independência, e, em especial, a inauguração da Exposição, deu-se em meio a uma grave crise política, detonada a partir da não aceitação da vitória, nas eleições presidenciais realizadas em março de 1922, de Artur Bernardes, candidato oficial, contra Nilo Peçanha, da Reação Republicana. O clima de agitação que marcou todo o primeiro semestre – a possibilidade de um "motim" foi prevista com antecedência pela revista *Careta*[40] – culminou com a revolta do Forte de Copacabana, batismo de fogo do tenentismo, em 5 de julho. Imediatamente o estado do sítio foi decretado, jornais de oposição foram fechados, jornalistas presos e deputados ameaçados de processo.

Na medida em que a Exposição era a representação da "nossa" grandeza, poderia e deveria exercer um importante papel na diluição dos conflitos internos. Até mesmo a sempre crítica *Careta* alertava que "devíamos abraçar-nos como irmãos, cantando em coro o hino glorioso da Pátria para celebrar o centenário da independência (...), jurando resolvermos pacificamente todas as nossas questões internas."[41]

E até mesmo os que haviam sido expulsos do Castelo, em virtude do arrasamento do morro, dever-se-iam sentir recompensados "pelos prazeres que desfrutavam naquele bazar de deuses, pensando que a beleza do Palácio dos Estados compensava a beleza tradicional do Castelo".[42] Nos olhos e nas mentes dos visitantes deveria, pois, ficar gravada a imagem de uma nação coesa e unida, não apenas pela integração de suas diversas regiões, mas também

[39] Margarida Sousa Neves, op.cit.
[40] "(...) e fala-se em revolução (...) No entanto, a revolução não sairá, quando muito um motim... e nada mais!" A verdade sem paixão, *Careta*, XV (729), 10/6/1922.
[41] Dias de sol, *Careta*, XV (734), 15/7/1922.
[42] Hermes Fontes, Bazar de maravilhas, op.cit.

pelo “clima de harmonia e paz” que reinava entre os seus habitantes. A nação era uma só e estava exposta nas vitrines e nos mostruários da Exposição do Centenário. Combater a Exposição era negar a nação.

A questão da freqüência de visitantes aos pavilhões transformou-se assim numa espécie de verdadeira prova dos nove do sucesso da Exposição. Por um lado, a admissão do baixo nível de freqüentadores levava à busca de explicações para tal fato. Afinal, de quem seria a “culpa”: do calor excessivo? dos transportes caros? da propaganda insuficiente? Ou, pior que tudo, seria falta de patriotismo dos brasileiros, que preferiam o pavilhão japonês ou o parque de diversões ao “majestoso Palácio dos Estados, expressão da nossa nacionalidade”?[43] Por outro lado, era negado o pequeno número de visitantes, destacando-se a freqüência de 175 mil pessoas no “fraco” mês de fevereiro, com piques de até 14 mil pessoas num só dia, numa clara evidência de que “o nosso povo não deve ser avesso ao reconhecimento das nossas atividades econômicas”.[44]

De qualquer modo, era impossível desconhecer que, com seus pavilhões e palácios profusamente iluminados, a Exposição oferecia aos seus visitantes mais do que um retrato da nação presente; o que estava em evidência eram os sonhos e as aspirações da nação moderna que se queria ser. Embora não tivessem alcançado a mesma notoridade e perenidade da Ringstrasse de Viena ou da Nevski de São Petersburgo, a avenida das Nações e seus pavilhões de luzes compartilharam da mesma aspiração de se tornarem fagulhas da intensa flama que é a modernidade. Afinal, se a Exposição se integrara ao século XX, por que a nação não poderia fazer o mesmo?

[43] Em defesa da Exposição, *A Exposição de 1922*, (14-15), mar. 1923.
[44] Id. ibid.